
Liberdade de escolha

Afixado por claracaldeira - 22/05/06 11:05

Como assegurar a liberdade de escolha da escola por parte das famílias?

=====

Re: Liberdade de escolha

Afixado por LMartins - 07/06/06 15:06

Para já, não obrigando as famílias a ensinar os filhos a mentir logo aos 6 anos, fingindo que residem noutra parte para conseguirem entrar numa escola que os pais entendem ter um projecto mais interessante; Depois, acabar com a opacidade das escolas, para as podermos conhecer minimamente antes de lá entregarmos os n/ filhos.

=====

Re: Liberdade de escolha

Afixado por RQM - 28/06/06 10:06

RQM escreveu:

A intervenção anterior coloca muito bem a questão central que se devia discutir, mas não se discute, a propósito da liberdade de escolha de escola. Os pais têm toda a capacidade para escolher a educação que querem para os filhos. Não só capacidade para mas também o direito a (e a obrigaçã!). Afirmar que alguns pais têm uma limitação intelectual para o fazer é perpetuar o pensamento totalitário que ao longo de séculos tem tentado restringir as liberdades cívicas em nome da protecção dos cidadãos de si próprios! A liberdade de escolha de escola pelos pais não é a solução para todos os problemas do sistema educativo português, mas é certamente um passo importante na criação de uma ligação afectiva efectiva entre pais e escola e um bem em si mesma pois a liberdade é, por definição, algo desejável.

=====

Re: Liberdade de escolha

Afixado por Luís Ladeira - 30/06/06 22:06

Francamente, ainda não percebi bem o que é a liberdade de escolha, em se tratando de frequência escolar. Se por tal se entender a possibilidade de os pais/ encarregados de educação escolherem a escola, isso implicará porventura a existência de alternativas. Mas vamos criar escolas alternativas em todos os concelhos deste país? E em que número, isto é, quantas escolas alternativas? E será isso suficiente? Isto é, não será que a liberdade de escolha deverá ir até à escolha dos mestres?

E será isso viável?

Continuo, pois, sem perceber bem aonde se quer chegar com essa liberdade de escolha. A não ser que isso não passe de um mote para que o Estado subsidie o ensino particular no mesmo grau em que subsidia o público. O que eu então não percebo é em que medida é que esse ensino seria particular. A não ser que se se tratasse de um clube privado.

Mas clube privado, pago com os impostos de todos?

Há qualquer coisa que me escapa nesta liberdade de escolha!

Luís Ladeira

=====

Re: Liberdade de escolha

Afixado por Francisco Cunha - 03/07/06 08:07

A liberdade de escolha tem a ver com a capacidade de optar entre hipóteses possíveis, seja público ou privado, seja o estabelecimento A ou B e não o meu educando ser obrigado a ir para o estabelecimento C porque moro em determinada área (o que é ótimo para a promoção imobiliária).

Em termos estatísticos, tal será possível:

14230 Estabelecimentos de Ensino Público

2149 Estabelecimentos de Ensino Privado

(Fonte: GIAS, estatísticas do Ano Escolar 05/06 em www.min-edu.pt)

Por outro lado, o financiamento deve ser feito às Famílias (e não ao estabelecimento) para que estas possam exercer livremente a sua opção educativa. O financiamento das escolas, independentemente do sector, deve ser uma resultante

da sua capacidade para atrair alunos (o que, em meu entendimento, muito ajudaria à promoção da qualidade da sua actividade).

=====

Re:Liberdade de escolha

Afixado por itilia - 09/07/06 19:07

É CERTO QUE NÃO SE DEVE MENTIR POIS A CRIANÇA PERDE A CONFIANÇA NOS PAIS

=====

Re:Liberdade de escolha

Afixado por LMartins - 05/08/06 05:08

Concordo.

Mas o problema é que nem as regras existentes são cumpridas por todos, sobretudo por quem deveria dar o exemplo. No meu fraco entender, as regras são para cumprir (ou não) por todos, até surgirem novas regras que as alterem. A vida é (deve ser) dinâmica, o que dá algum trabalho...

1 - Porque será que o filho de uma Professora, directora de uma Escola EB1, pertencente ao Agrupamento Vertical de Escolas Ordem de Sant'ago, vai frequentar o 5º ano numa Escola pertencente a outro agrupamento, Vertical de Escolas Cetóbriga, que ainda por cima não pertence à sua residência?

2 - Porque é que a filha de um pai que tem outra profissão que não a da Professor, residindo a 50 metros de uma escola pertencente a este mesmo Agrupamento Cetóbriga (da janela acompanha-se as entradas e saídas dos alunos), vai ter que utilizar duas carreiras de autocarros para ir para uma outra Escola, na Bela Vista, de um Agrupamento a que a sua residência não pertence, a cerca de 8 kms de distância, precisamente o Agrupamento Vertical de Escolas Ordem de Sant'ago?

3 - A reclamação, em formato de pedido de transferência, foi feita, mas foi logo dito que não devia haver hipótese porque agora era capaz de já não haver vaga...

Sem comentários, apenas deixo aqui os factos; não se obtiveram justificações. Aguarda-se decisão superior...

=====

Re:Liberdade de escolha

Afixado por Apecc - 20/09/06 17:09

Neste momento em Portugal não há liberdade de Escolha por parte dos pais da escola onde querem colocar os seus filhos e qual a educação que querem para eles. ISTO VIOLA A CONSTITUIÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM. São os próprios agrupamentos que retêm os processos dos alunos e não os deixam seguir para a escola de escolha dos pais. Têm medo de perder subsídios e alunos.

Querem criar desigualdades de acesso ao ensino, pois só quem pode pagar fortunas é que pode escolher o ensino para o seu filho e mesmo esses vêem os processos retidos pelos agrupamentos!!! Distinção e divisão entre pobres e ricos, isto logo com as crianças!!

Sendo o ensino obrigatoriamente frequentado num estabelecimento que nos impõem, como é que pode o ensino melhorar em Portugal, se não há competitividade com as outras escolas?

Pois mesmo as escolas "más" não são penalizadas com a perda de alunos e de subsídios.

Eu gostava de saber quando é que isto muda?

Item editado por: mariamatos, em: PM/09/20 21:09

=====

Re:Liberdade de escolha

Afixado por Luís Oliveira - 09/11/06 17:11

Na minha opinião, há muitas pessoas que dão uma boa resposta a esta questão. Seria bom que os nossos governantes as ouvissem. Limito-me a fazer eco:

"Existem argumentos sérios para deixar no Estado a essência da Segurança Social e da Saúde. Não existe nenhum argumento convincente a favor do monopólio ou quase monopólio público da Educação. No que prometia (a igualdade, a qualidade, a "neutralidade" ideológica e política) esse monopólio falhou. E, em contrapartida, criou um mundo fechado e absurdo, em que ninguém é responsável por ninguém: nem os pais pelos filhos, nem os filhos por si próprios, nem os professores pela escola em que os forçam a trabalhar e a viver. O "mercado", embora imperfeito e limitado, ajudaria a devolver alguma responsabilidade ao sistema: aos pais porque pagariam, aos filhos porque a violência, a indisciplina e a preguiça custariam caro, e aos professores porque a concorrência lhes traria uma autoridade real."

VASCO POLIDO VALENTE, PÚBLICO, 8-10-06

"Existem várias medidas que podem e devem ser implementadas no sentido de tornar a liberdade e a igualdade de oportunidades de educação no primeiro e mais importante princípio organizativo do sistema educativo português. Do ponto de vista dos alunos e suas famílias (liberdade de aprender), importa criar as condições para uma escolha livre e consciente da escola e projecto educativo que desejam frequentar, o que implica:

- acabar com a obrigação de matrícula na escola da zona de residência, mantendo apenas a garantia de prioridade no acesso aos alunos da vizinhança e aos irmãos, caso seja essa a sua vontade.
- permitir o acesso gratuito a qualquer escola que integre a "rede de serviço público de educação".
- implementar medidas de avaliação externa das escolas, quer qualitativas quer quantitativas, incluindo a avaliação formativa e sumativa (com exames nacionais) dos alunos ao longo do percurso educativo, que dêem às famílias indicadores sobre os quais basear a sua escolha.

Do ponto de vista das escolas (liberdade de ensinar), importa criar condições para que surjam projectivos educativos claros e coerentes, distintos entre si, que sejam a matriz identificadora de cada estabelecimento de ensino. Para tal urge, no quadro de certos requisitos obrigatórios:

- dotar todas as escolas de ampla autonomia curricular e pedagógica, flexibilizando os currículos, com a redução da componente obrigatória aos conhecimentos e competências verdadeiramente essenciais, e permitindo às escolas, entre outros, definir os horários, o número de alunos por turma, e a carga lectiva e conteúdos de algumas disciplinas, sendo, seguidamente, responsabilizadas pelos resultados das aprendizagens dos seus alunos.
- dotar as escolas de ampla autonomia na gestão dos seus recursos humanos, em particular do pessoal docente, incluindo a competência para contratar e dispensar docentes, bem como estabelecer sistemas remuneratórios próprios, desde que respeitem os plafonds de financiamento e os acordos de trabalho.
- dotar as escolas de total autonomia financeira na gestão do seu orçamento, incluindo a possibilidade de estabelecer livremente parcerias com quaisquer entidades externas.
- favorecer o aumento dos percursos educativos no mesmo estabelecimento de ensino, para que os alunos não tenham de saltar de escola em escola ao longo do seu percurso educativo e exista quem possa ser responsabilizado pela sua aprendizagem.
- estabelecer o princípio da "prestação de contas" na gestão da escola, que se traduz num modelo de gestão e administração das escolas que preveja a existência de um rosto que responda perante a gestão e administração da escola e o resultado educativo dos seus alunos.

Do ponto de vista da função "garantia" do Estado, isto é no cumprimento da sua função de garante do acesso, da qualidade e da equidade do sistema educativo, importa:

- definir a "rede de serviço público de educação", constituída por todas as escolas existentes ou livremente criadas, desde que cumpram os requisitos legalmente estabelecidos, independentemente do seu estatuto jurídico estatal ou não estatal, diferenciadas apenas pelo seu projecto educativo.
- discriminar positivamente os alunos nas escolas da rede de serviço público de educação que apresentem uma situação de desvantagem, quer por razões de isolamento e interioridade, quer por questões sócio-culturais (designadamente filhos de emigrantes), quer por razões económicas.
- desenvolver medidas de apoio à escolha dos pais, incluindo a possibilidade, dentro de certos limites, de transporte escolar gratuito, e a existência de instâncias a nível municipal que apoiem os pais na sua decisão.
- garantir que a avaliação externa das escolas seja tal que também permita às escolas e aos seus professores conhecerem o seu próprio desempenho e por ele serem responsabilizados.
- promover a transformação de alguns dos departamentos do Ministério da Educação e outros em unidades de apoio às escolas, que funcionem como centro de recursos e excelência, em áreas tão distintas como o desenvolvimento curricular, a inovação pedagógica, a implementação de sistemas de auto-avaliação, entre outros."

FORUM PARA A LIBERDADE DE EDUCAÇÃO

"A Rede de Serviço Público de Educação defendida pelo Fórum para a Liberdade de Educação é a rede de escolas através da qual se cumpre o disposto na Constituição da República Portuguesa em termos de educação e ensino. Assim, a Rede de Serviço Público de Educação deve:

- respeitar o direito e dever dos pais de educação dos filhos (artigo 35º, n.º 3);
- promover a liberdade de aprender e ensinar (artigo 43º, n.º 1);
- garantir a igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar (art. 74º, n.º 1)
- realizar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito (art. 74º, n.º 2, alínea a));
- cobrir as necessidades de toda a população (art. 75, n.º 1).

O actual Sistema de Ensino em Portugal não cumpre totalmente estes princípios constitucionais. Ora, é a partir destes 5 princípios, todos eles tendo os alunos e as suas famílias como razão de ser das escolas, que se retiram as traves mestras que devem orientar a organização do sistema educativo que poderá garantir a qualidade do ensino para todos:

a) De modo a que se respeite o direito e dever dos pais de educação dos filhos, é necessário que as escolas apresentem com clareza e transparência aos pais o seu projecto educativo e que sejam criadas as condições para que os pais possam escolher, em consciência, entre as escolas que compõem a Rede. O Estado deverá disponibilizar informação exaustiva e permanentemente actualizada sobre as escolas e criar "Conselheiros de Educação" a nível municipal, à semelhança do que tem vindo a ser feito em outros países europeus e não só, que ajudem as famílias, principalmente as menos informadas ou capacitadas, a exercerem as suas responsabilidades na educação dos filhos.

b) Da promoção da liberdade de aprender e ensinar resulta, entre outros, que qualquer escola possa integrar a Rede de Serviço Público de Educação, desde que cumpra os requisitos estabelecidos pela lei – designadamente em termos de infra-estruturas, equipamentos, componente obrigatória dos currículos e gratuidade das propinas (o custo por aluno, incluindo de transporte para a escola escolhida num raio a definir, é pago pelo Estado, devendo a fórmula de cálculo escolhida para determinar este pagamento ser exactamente a mesma para todas as escolas, independentemente de serem estatais ou privadas).

c) A garantia da igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar implica que, independentemente de quaisquer critérios de acesso legalmente previstos, as escolas que compõem a Rede de Serviço Público de Educação sejam obrigadas a dar preferência aos alunos da área de residência. De forma a garantir o êxito escolar, o Estado deve discriminar positivamente as escolas que servem alunos que partam de uma situação comprovada de desvantagem, quer pela sua realidade social, cultural, económica ou outra.

d) Uma vez que o ensino básico deve ser universal, obrigatório e gratuito, compete ao Estado financiar a Rede de Serviço Público de Educação, através da celebração de contratos-programa com as escolas, quer estatais quer privadas que a compõem, tendo em conta, entre outros, o número de alunos e a discriminação positiva referida no número anterior. Os diversos departamentos do Ministério da Educação deverão transformar-se em unidades de apoio às escolas, que funcionem como centro de recursos e excelência, em áreas tão distintas como o desenvolvimento curricular, a inovação pedagógica, a implementação de sistemas de auto-avaliação, entre outros, assessorando as escolas na resolução dos problemas e dificuldades que enfrentam, tanto organizativas como pedagógicas, em ordem à garantia de uma efectiva qualidade do ensino para todos.

e) De forma a garantir a cobertura das necessidades de toda a população, deve ser legalmente estabelecido um conjunto de critérios, tais como o número mínimo de alunos, a distância máxima à escola ou o tempo de duração do percurso casa-escola, cujo cumprimento obriga à abertura de um concurso público para a abertura de uma escola, estatal ou privada, e celebração do respectivo contrato programa. Paralelamente, o Estado deve celebrar um contrato-programa com qualquer escola que, cumprindo os restantes requisitos legais, seja objecto da preferência de um número suficiente de pais (número esse estabelecido pela lei), mesmo que na zona de influência da nova escola existam já outros estabelecimentos de ensino.

Transversal a estes princípios organizativos está a exigência de assegurar a autonomia de gestão a todas as escolas, com a correspondente responsabilização, incluindo a competência para contratar e dispensar docentes, desde que respeitem os plafonds de financiamento e os acordos de trabalho, como forma de permitir a criação de corpos docentes solidários e com sentido de pertença à comunidade educativa, e incentivar o dinamismo, a adaptabilidade e a concorrência saudável entre as escolas da Rede de Serviço Público de Educação."

FORUM PARA A LIBERDADE DA EDUCAÇÃO

:)

Re: Liberdade de escolha

Afixado por APEOralidade - 14/11/06 10:11

Eu gostava de trabalhar numa cidade com bons espaços verdes e múltiplos transportes públicos. Se descobrir esta cidade - vou residir para lá e trabalhar para lá.» "Lá", "lá" é melhor, certo?

- Não me parece que os pais portugueses estejam suficientemente elucidados sobre as consequências decorrentes desta desconsideração sobre a entidade que tutela a educação dos seus filhos - a ESCOLA. Mas com a moda dos rankings teremos de aceitar esta perspectiva de SUCESSO - afinal a culpa é da própria entidade que lançou a ilusão percentual.

- Não é assim (mudando de escola em escola consoante os rankings ou as condições que mais agradam aos nossos elucidados encarregados de educação) que a educação e o sucesso de vossos filhos será MELHOR.

Se os Encarregados de Educação preferem determinada escola pelos projectos ou iniciativas que lá estão em exercício ou pela qualidade do espaço verde ou dos laboratórios, das cantinas, então - como pessoas bem formadas e

intencionadas que são - devem lutar ou fazer ouvir os seus interesses para que a escola tenha a qualidade que pretendem.

- Quereis mais árvores ao lado do bar, lançai uma iniciativa para no dia da árvore ser oferecida e plantada uma.
- Quereis um projecto em horário pós-lectivo sobre as Tecnologias de Informação, manifestai esse vosso interesse na Assembleia.

Claro que, como é do conhecimento comum, é mais fácil estar num lugar onde as coisas já estão feitas do que num lugar onde as coisas estão por fazer. Daí ser necessário que os pais tenham um papel interventivo e elucidado sobre a qualidade da educação.

Considerem a experiência de ter um filho numa escola que é do vosso desagrado como um artigo do tipo: "ANTES" e "DEPOIS".

Eu pessoalmente estou farta de pedir mais espaços verdes na minha querida terrinha, mas ainda não mudei para outra cidade...

Ana Faria

=====